

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO
PLANO DE ENSINO**

SEMESTRE 2019.1

I. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA: e

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	Nº DE HORAS-AULA SEMANAIS		TOTAL DE HORAS-AULA SEMESTRAIS
		TEÓRICAS	PRÁTICAS	
DIR 7555	DIREITO AMBIENTAL	60	12	72

I.1. HORÁRIO

TURMAS

1. terça-feira 16,20 – 18,00

II. PROFESSOR (ES) MINISTRANTE (S)

1. José Rubens Morato Leite

III. PRÉ-REQUISITO (S)

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA
IR 7555	Direito Ambiental

IV. CURSO PARA O QUAL A DISCIPLINA É OFERECIDA

Engenharia Sanitária Ambiental

V. EMENTA

Crise Ambiental, Sociedade de Risco e Estado de Direito Ambiental; Interpretação do Direito Ambiental; Política Constitucional Ambiental; Princípios Fundamentais de Direito Ambiental; Competência Ambiental; Política Nacional do Meio Ambiente; Licenciamento Ambiental; Estudo de Impacto Ambiental; Espaços Especialmente Protegidos; Direitos Animais; Política Nacional de Recursos Hídricos; Política Nacional sobre Mudança do Clima; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Direito Internacional Ambiental, Direitos Humanos e Refugiados; Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa Ambiental.

VI. OBJETIVOS

Objetivos Gerais: Propiciar uma análise sobre os Fundamentos do Direito Ambiental, a partir da Crise Ambiental, da Sociedade Complexa e de Risco, através do Estado Ecológico.

Objetivos Específicos:

1. Estudar as Fontes e Princípios do Direito Ambiental.
2. Fazer um exame do Sistema Nacional Protetivo do Ambiente, considerando um enfoque crítico.
3. Tratar da Jurisprudência Ambiental, Casos Simulados Campus, visando um enfoque prático da matéria.

VII. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Teórico:

Unidade I: Crise ambiental e Estado de Direito Ambiental

Vídeo sobre Problemas Ecológicos Atuais
Estado de Direito Ecológico na Sociedade de Risco
Princípios estruturantes do Direito Ambiental
Princípio da cooperação
Princípio da responsabilização
Princípios da precaução e da prevenção
Princípios da informação e da participação
Interpretação do Direito Ambiental
Conceito jurídico do bem ambiental

Unidade II: Tutela constitucional do meio ambiente

Uma visão geral do enfoque constitucional
Deveres do Poder Público e dos cidadãos no controle ambiental
Repartição de competências
Competências administrativas
Competências legislativas

Unidade III: Legislação infraconstitucional de proteção ao meio ambiente

Enfoque do sistema normativo da Política Ambiental
Análise da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente
Licenciamento ambiental e estudos de impacto ambiental
Instrumentos da tutela ambiental
Estudo dos espaços territoriais especialmente protegidos e legislação de referência
Análise da Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos
Análise da Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima
Análise da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Unidade IV: Tutela jurisdicional ambiental

Meios da tutela jurisdicional ambiental
Tutela jurisdicional ambiental civil
Tutela jurisdicional criminal
Tutela administrativa

Unidade V: Direito Internacional Ambiental

Direitos Humanos e Meio Ambiente
Refugiados ou deslocados ambientais

Conteúdo Prático:

Unidade I: O Novo Paradigma Ambiental e a Jurisprudência Ecológica

Unidade II: Casos Simulados de Dano Ambiental

Unidade III: Trabalho sobre Sustentabilidade do Campus

VIII. METODOLOGIA DE ENSINO / DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

Aulas expositivas, assegurando-se o mais amplo debate da matéria com os alunos; apresentação de seminários, elaboração de fichamentos pelos alunos, levantamento da jurisprudência e elaboração de relatórios sobre o caso simulado de dano ambiental e sobre sustentabilidade do Campus.

IX. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A forma de avaliação adotada será a aplicação de provas, o estudo de casos práticos e a aplicação de exercícios sobre casos simulados. Eventualmente, ocorrerá a apresentação de seminários, levantamento jurisprudencial e prova oral. Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional, só obterá o crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas. O não cumprimento desta exigência implica na reprovação do aluno com nota zero, independentemente do resultado das avaliações que ele eventualmente tenha realizado. As demais disposições acerca da prova de recuperação, sistema de notas e revisão de provas são as constantes das regras desta instituição educacional.

X. CRONOGRAMA INTEGRAL

Aulas		
Mês	Assunto	
Março	1. Apresentação	As aulas serão dadas pelo Professor juntamente com o estagiário de Pós-Graduação. Serão feitos também fichamentos sobre a Jurisprudência Ambiental do STJ; apresentação e discussão de filme e simulados relacionados aos temas abordados em aula.
“	2. Estado de Direito Ecológico	
“	3. Exibição de Filme	
“	4. Jurisprudência Ecológica	
“	5. Simulado sobre Dano Ambiental	
“	6. Política Constitucional Ecológica	
“	7. Princípios estruturantes e Interpretação do Direito Ambiental	
Abril	8. Prova (16 de Abril)	
“	9. Política Nacional do Meio Ambiente	
“	10. Licenciamento ambiental e estudo de impacto ambiental	
Maió	11. Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Código Florestal	
“	12. Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos e	
“	13. Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima	
Junho	14. Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos	
“	15. Tutela Jurisdicional Ambiental	
“	16. Direito Internacional Ambiental	
“	17. Prova e entrega de trabalho (17/18 Junho).	
“	18. Publicação de notas	
	19. Prova de recuperação – na sala do Prof. Morato, 3º andar do CCJ.(25 Junho)	
	20. Prazo final para publicação de notas	

XII. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AFONSO DA SILVA, José. **Ação popular constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

_____. **Direito Ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1994.

AGUIAR, Roberto Armando Ramos. **Direito do meio ambiente e participação popular**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal/ IBAMA, 1994.

ALSINA, Jorge Bustamante. **Derecho ambiental**: fundamentacion y normatividade. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1995.

ARAGÃO, Maria Alexandra de Sousa. **O princípio do poluidor pagador**: pedra angular da política comunitária do ambiente. Coimbra: Coimbra Editora, 1997. (Studia Iuridica, 23).

BENJAMIN, Antonio Herman V., MILARÉ, Édís. **Estudo prévio de impacto ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Direito Ambiental e teoria Jurídica do final do século XX. In: BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro, VARELLA, Marcelo Dias. **O novo em Direito Ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Actos autorizativos jurídicos públicos e responsabilidade por danos ambientais. **Boletim da Faculdade de Direito**, Coimbra, vol. 69, p. 10-15, 1993. Separata.

_____. (Coord.). **Introdução ao Direito do ambiente**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

LEFF, Enrique. **Ecologia y capital**. México: Siglo XXI, 1994.

LEITE, JOSE RUBENS (COORD) **MANUAL DE DIREITO AMBIENTAL**, 1 ed. Saraiva, 2015, 776p.

LEITE, J. R. M.; AYALA, Patryck de Araújo . **Dano Ambiental: Do Individual ao Coletivo Extrapatrimonial**. Teoria e Prática. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. v. 1. 410 p.

LEITE, J. R. M. (Org.) ; CANOTILHO, J. J. Gomes (Org.) . **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1. 490 p.

LEITE, J. R. M. ; DANTAS, M. B. ; PILATTI, L. **Direito Ambiental Simplificado**. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. v. 1. 115 p.

Leite, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. São Paulo: RT,2000.

_____; AYALA, Patrick de Araújo. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2002, 316p.

_____; DANTAS, Marcelo Buzaglo. Algumas considerações acerca do fundo para reconstituição dos bens lesados. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, vol. 85, n.º 71-82, 1996.

_____. Instrumentos de proteção ambiental e o Mercosul. **Revista de Direito Administrativo Aplicado**, Curitiba, vol. 2, n. 8, p. 121-130, 1996.

LEME MACHADO, Paulo Affonso. **Ação Cível pública e tombamentos**. 2.^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

LEME MACHADO, Paulo Affonso. **Estudos de Direito Ambiental**. São Paulo: Malheiros, 1994. 166p.

_____. Responsabilidade Civil – dano ecológico – processo civil dos poluidores. **Revista Justicia**, São Paulo, vol. 48, n.º 133, p. 63-69, 1986.

_____. **Direito Ambiental brasileiro**. 7.^a ed. São Paulo: Malheiros, 1998. 782 p.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação civil pública**. 3.^a ed. São Paulo: RT, 1994.

MILARÉ, Édís. **Ação civil pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. 202p.

_____. **Ação civil pública na nova ordem constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. Processo coletivo do ambiente. In: BENJAMIN, Antonio Herman V. **Dano ambiental, prevenção, reparação e repressão, função ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. 470 p.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. **A coisa julgada nas ações para a tutela dos interesses difusos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

_____. **Ação Civil Pública e a Reparação do Dano Ambiental**. Juarez de Oliveira, 2002

_____. Fundamentos do Direito Ambiental no Brasil. **Revista Trimestral de Direito Público**. São Paulo, vol. 7, p. 179, 1994.

_____. Inovações da jurisprudência em matéria ambiental. **Revista Trimestral de Direito Público**, São Paulo, 1994. vol. 8.

_____. **A reparação do dano ambiental**. Tradução *L'action civile publique du droit bresilien et la reparation du dammage causé à L'environnement*. Tradução atualizada pelo autor. Estrasburgo, França, 1997. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Faculdade de Direito, Universidade de Estrasburgo.

MORENO, José Luis Serrano. **Ecologia y derecho: princípios de derecho ambiental y ecologia jurídica**. Granada: Comares, 1992.

ODUM, Eugene. **Fundamentos de ecologia**. 4.^a ed. Lisboa: INA, 1988. 459 p.

PUREZA, José Manuel, FRADE, Catarina. **Direito do ambiente**. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1998.

REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL. São Paulo: Revista dos Tribunais

SENDIM, José de Souza Cunhal. **Responsabilidade civil por danos ecológicos: da reparação do dano através da restauração natural**. Coimbra: Coimbra, 1998.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade Civil Ambiental**. Livraria do Advogado, 2004.

VIEIRA, Paulo Freire, WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafio para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1996.